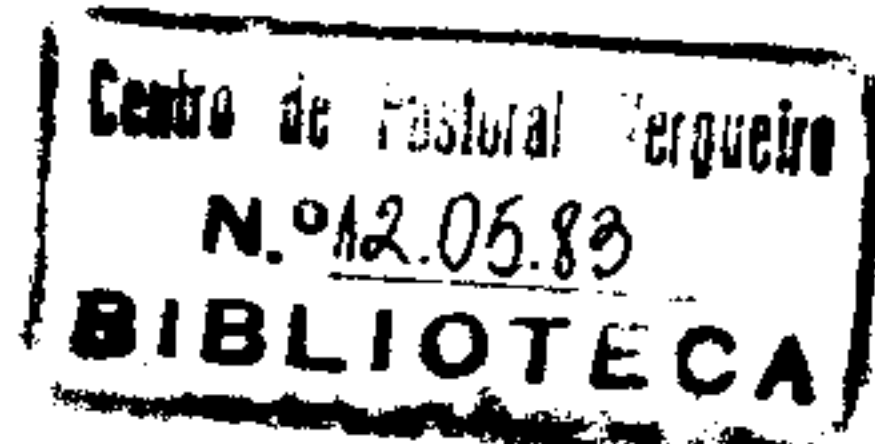


1. TER
1. IGR - PAS TER

(D)

9/5/83



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT
Caixa Postal, 749
74.000 - Goiânia - Goiás

PACOTE AGRÁRIO :

MAIS UMA AGRESSÃO AOS TRABALHADORES DO CAMPO

O governo federal está vindo a público com promessas de programas especiais para resolver os conflitos pela terra existentes no Brasil. O agente, desta vez, é o Ministério Especial para Assuntos Fundiários cujo titular é o General de Exército Danilo Venturini. Anuncia ele que a operação começa em todo o Nordeste, região do país em que se localizariam 80% dos conflitos. A seguir, projetos de colonização seriam acionados em todo o país para, a médio prazo, localizar todas as famílias que estão em áreas de tensão social.

Aproveitando as terras devolutas, acrescidas por outras que seriam desapropriadas, o governo promete assentar essas famílias em agrovilas, destinando-lhes pequena área de cultivo, garantindo-lhes os apoios necessários para desenvolverem atividades produtivas.

O objetivo expresso é este: Acabar com as áreas de tensão social, eliminar os conflitos pela posse da terra. Essa é a "reforma agrária" prometida pelos responsáveis da política agrária oficial.

Segundo a imprensa, algumas pessoas já se mostraram entusiasmadas, antes mesmo que o projeto fosse anunciado, só pelo que dele se falava ou pela propaganda que dele fizeram os seus autores.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, acompanhando os trabalhadores rurais, não está tomada por nenhum entusiasmo. Ao contrário, alimenta mais uma vez dúvidas e pressentimentos. Procuramos explicitar as principais razões de nosso estado de ânimo:

1º - Já foram feitas muitas promessas desse mesmo quilate, por civis e militares, desde 1964. A aprovação do Estatuto da Terra e a criação do IBRA foram momentos de grande propaganda e expectativa. Ao se criar o INCRA, substituindo o IBRA e INDA, nova campanha espalhafatosa, dando impressão que a estrutura agrária seria modificada. Enfim, não é por falta de promessas e "ameaças" que os trabalhadores rurais do país continuam sem terra e/ou sem a mínima segurança quando são pequenos produtores. E não é uma nova promessa que vai nos levar à ilusão de que algo sério seja feito realmente.

2º - Supondo que os projetos anunciados sejam levados à prática, ainda assim pouco ou nada significariam para os trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente. É preciso lembrar que existem no Brasil mais de 10 milhões de famílias sem terra. As que se encontram em áreas de conflito são muitas, mas constituem apenas um símbolo de todas as demais que desejam e necessitam a terra. Atender apenas aos que estão em conflito significa realizar uma "política de bombeiro" ou de "extintor de incêndio"! Não se trata de política positiva objeti-

vando superar os reais problemas da sociedade e da economia nacional, mas de medidas com objetivo de garantir a continuidade da política econômica - e nela a política agrária e agrícola - do país. E é essa a política responsável pela concentração impressionante de terra e da renda em todas as regiões do país.

3º - Alardear programas "bombeiros" para acabar com os conflitos por causa da terra, não resolve a questão e pode até agravá-la. Afinal, não seria esta uma sugestão oficial para que os trabalhadores sem terra passem a "criar" áreas de tensão e conflito? Segundo os programas anunciados, só conseguirá terra quem estiver em áreas de conflito!

Nossa posição continua a mesma: Não haverá solução verdadeira do problema da terra no Brasil sem que se execute uma Reforma Agrária que atenda às reivindicações dos trabalhadores rurais de todo o país. Ela somente será uma política com essa qualidade se os trabalhadores rurais participarem em todas as etapas do processo de sua implantação. Não será com pacotes embrulhados nos gabinetes do autoritarismo que se dará solução a este problema central da crise brasileira.

Foi o caminho da discussão aberta e democrática com a participação de todos os setores interessados da sociedade que os trabalhadores rurais, com muito mais brilhantismo que os tecnocratas de um governo sem raízes populares, demarcaram para encontrar a solução da problemática agrária e agrícola nacional. Nós apoiamos essas posições expressas no 3º Congresso de Trabalhadores Rurais, celebrado em 1979. E apoiamos todas as iniciativas tomadas pelos trabalhadores rurais no sentido de conquistar a terra. Estamos convencidos, como o estão os trabalhadores, de que os grandes proprietários - e esse governo é seu aliado - não desapropriarão a terra necessária para realizar a Reforma Agrária que a nação brasileira necessita. Reforma Agrária essa que deve ser realizada com a participação direta dos trabalhadores rurais em todas as suas decisões.

Nossa posição, reiterada neste momento, assenta-se nas orientações das nossas Assembléias Nacionais, fruto de nosso trabalho pastoral junto ao povo do campo, assim como é a forma de vivenciar as orientações pastorais emanadas no documento "A Igreja e os Problemas da Terra" da CNBB. Não nos cabe, enquanto Igreja, substituir quem quer que seja, nem trabalhadores, nem governantes. Mas não podemos deixar de apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores, especialmente a de participarem efetivamente na busca das soluções dos seus problemas. E nós não vamos avaliar previamente programas e projetos feitos em gabinetes, sem consulta e participação dos trabalhadores, ainda mais quando seu objetivo central é o de silenciar o seu clamor com medidas paternalistas, quando não acompanhadas da repressão ainda constante e violenta destes últimos tempos.

Goiânia, Goiás - aos 09 de maio de 1983.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT